

OS “PRÊMIOS” E OS “CASTIGOS” DO CATIVEIRO ENTRE PORTUGAL E BRASIL: AS RELAÇÕES ENTRE “ESCRAVOS” E “SENHORES” NAS PEÇAS TEATRAIS DOS SÉCULOS XVIII E XIX*

Diogo da Silva Roiz**

Resumo: Procura-se delinear neste texto como eram ‘representadas’ as relações estabelecidas entre ‘escravos’ e ‘senhores’ em Portugal e na América Portuguesa (depois Brasil), entre os séculos XVIII e XIX, a partir da interpretação das peças teatrais produzidas no período. Trabalha-se com a hipótese de que a principal estratégia de ‘sobrevivência’ dos escravos no ‘mundo dos senhores’ era o estabelecimento de uma relação ‘desigual’, fruto do ‘sistema escravista’ e do Antigo Regime, na qual o oferecimento de ‘prêmios’ (muitas vezes entendidos como ‘dádivas’) e ‘castigos’ (físicos ou simbólicos), dos senhores aos seus escravos, eram a base de seu funcionamento operacional.

Palavras-chave: Escravidão Moderna; Escravidão Negra; América Portuguesa; Brasil e Portugal.

Abstract: This text aims to outline the ways how the relationships established between ‘slaves’ and ‘masters’ were ‘represented’ in Portuguese America (which would later become Brazil) and in Portugal, between the centuries eighteen and nineteen, by interpreting the theatrical plays produced in that period. We recur to the hypothesis that the main ‘survival’ strategy of the slaves in the ‘master’s world’ was the establishment of an ‘impaired’ relationship, a fruit of ‘slavery system’ and of the Old Regime, whose operational functioning basis was the offering of ‘prizes’ (frequently understood as ‘gifts’) and ‘punishments’ (whether physical or symbolic), by the masters to their slaves.

Key-words: Modern Slavery; Black Slavery; Portuguese America; Brazil and Portugal.

* A primeira versão desta pesquisa foi apresentada como trabalho de conclusão da disciplina: *História, Imaginário e Representação*, ministrada pelo Prof. Dr. Magnus Pereira, no curso de doutorado em História da UFPR, no primeiro semestre de 2009, a quem agradeço pelos comentários, críticas e sugestões de leitura. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na V Semana de História - Seminário de Estudos Étnico-Raciais, História: espaços simbólicos, em 20 de novembro de 2009, na Unicentro, unidade de Irati.

** Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq. Mestre em História pela UNESP. Professor da UEMS. E-mail: diogosr@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Uma peça não ‘simbolizava’ a realidade: ela a criava através das convenções da realidade.¹

Era por meio deste tipo de afirmação, que em fins da década de 1970, Richard Sennett², em seu livro *O declínio do homem público*, procurava demonstrar como o Teatro, ainda que fosse uma ‘representação’ da realidade, também servia para ‘moldar’ os costumes da sociedade europeia do século XVIII. Na medida em que mostrava as novidades nas formas de se vestir, falar, representar e se relacionar (em especial, entre ‘patrões’ e ‘empregados’), ‘o Teatro era o mundo’. E quando as pessoas se baseavam em ‘manequins’ e ‘bonecas’ para mediar suas escolhas de vestuário e sua moda o ‘Mundo (europeu do século XVIII) era também um grande teatro’. Por isso, as peças teatrais escritas naquele período podem, desde que cotejadas adequadamente, servir como fontes de pesquisa para se estudar os modos de agir, pensar e representar ‘típicos’ daquela sociedade, em função da maneira com a qual os escritores do período a vislumbraram e a representaram em suas peças. Se o ‘típico’ era a representação dos ‘costumes das cortes’ (muitas vezes a parodiando), assim como os padrões de comportamento da ‘sociedade burguesa’ em ascensão na Europa do século XVIII (em suas relações amorosas, familiares, comerciais e trabalhistas), muito menos ‘típico’ era a encenação de peças nas quais havia a preocupação de se apresentar a relação entre ‘senhores’ e ‘escravos’, uma vez que o sistema escravista moderno (de sociedades africanas) fazia parte do comércio transatlântico (de ‘almas’), como um negócio lucrativo entre Europa, África e Américas. Contudo, numa sociedade hierárquica onde cada camada se via entre iguais (nobres, burgueses, brancos), as diferenças deviriam ser camufladas, ou no mínimo abrandadas, seja no cotidiano, seja mesmo nas representações teatrais³ – o que não quer dizer que não houvesse exceções, como veremos em seguida.

Mesmo em Portugal, local em que o tráfico transatlântico de escravos africanos para a América Portuguesa, além de ser um negócio lucrativo (embora arriscado e perigoso), servia para abastecer suas colônias com mão-de-obra escrava, o comportamento ‘típico’ encenado nos teatros, e representado pelos escritores em suas peças, não diferia significativamente do resto da Europa.⁴ Até por que muitas daquelas peças eram adaptações de peças francesas ou italianas, ou então eram escritas a partir delas – muitas das quais, em que seu autor permanecia anônimo.⁵ Mesmo assim é possível vislumbrar algumas peças

que colocavam o escravo como personagem ‘central’, ou então ‘secundário’, nas encenações que visavam demonstrar parte do relacionamento estabelecido entre ‘escravos’ e ‘senhores’, em Portugal e na América Portuguesa (depois Brasil), entre os séculos XVIII e XIX.⁶

Graças ao cuidadoso trabalho efetuado pela *Fundação Calouste Gulbenkian*, em Portugal, catalogando e disponibilizando para o público⁷, uma importante coleção de Teatro de Cordel, com 793 espécies (papéis volantes e folhetos), impressas e manuscritas, de 1692 a 1886, com algumas peças anônimas, que o estudioso pode se aplicar a compreender melhor a produção teatral do período, e a sociedade que procurava representar no palco. De um acervo de 595 peças impressas, selecionou-se 13 para esta pesquisa, em que aparecia a figura do ‘escravo’ como personagem em papéis ‘centrais’ ou ‘secundários’, coligindo, portanto, pouco mais de 2,0% da amostra total.⁸ São elas: *De hum engenho Portuguez* (de 1782); *Os dois amantes em Africa, ou a escrava venturosa* (de 1791); *O escravo em grilhoens de ouro* (de 1782); *Do negro mais bem mandado* (s/d); *Da praça do comércio* (de 1785); *Emendar erros de amor, ou Cosdroas em Africa* (de 1787); *D. Inez de Castro* (de 1790); *O contentamento dos pretos, por terem a sua alforria* (de 1787); *O negociante imprudente* (de 1792); *De dos alcaldes, y el engano de una negra* (s/d); *Elysa, e Luso, ou o templo de Venus, oferecido a sua magestade o senhor D. João VI, rei constitucional do Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves* (de 1820); *A rebelião debellada* (de 1823); e *O preto sensível* (de 1836).⁹

As peças selecionadas se constituíam entre a ‘entremez’ (peças curtas, com 10 a 16 páginas, formadas por apenas um ato, com poucas cenas, na qual figuravam entre 3 e 8 personagens, cuja principal função era o entretenimento via ‘farsa’, ou ‘comédia’, de situações cotidianas) e a ‘nova comédia’ (composta por peças longas, com 30 a 45 páginas, situadas em várias cenas e atos, e composta de 8 a 17 personagens, nas quais os dramas cotidianos eram apresentados com maior complexidade, embora o entretenimento fosse o principal objetivo). Essas características da ‘entremez’ e da ‘nova comédia’ também aparecem na amostra geral. Ainda que a amostra selecionada seja bastante reduzida é possível verificar a maneira pela qual a relação entre ‘escravos’ e ‘senhores’ eram representadas na pena dos escritores das peças (anônimas ou não) do período. A importância deste tipo de trabalho está em demonstrar como a escravidão moderna era percebida pelos autores de peças teatrais, nos séculos XVIII e XIX. O número muito reduzido de peças que a amostra apresenta já é um indício de que o tema, além de pouco debatido pelos escritores do período, também despertava pouca atenção do grande público que apreciava os Teatros na época.

Nesse sentido, procura-se delinear neste texto como eram ‘representadas’

as relações estabelecidas entre ‘escravos’ e ‘senhores’ em Portugal e na América Portuguesa (depois Brasil), entre os séculos XVIII e XIX, a partir da interpretação das peças teatrais produzidas no período. Evidentemente, não há como negar a distância entre a ‘realidade’ do sistema escravista moderno e a forma como foi ‘representado’ pelas peças teatrais, escritas no período. Primeiro, por que, na maioria dos casos, os autores (anônimos ou não) das peças desconheciam parcial ou completamente o funcionamento do ‘sistema escravista’; depois, por que o representavam a partir da ‘casa-grande’ e sob o ponto de vista do ‘senhor’, e não da ‘senzala’ e sob a perspectiva dos ‘escravos’. Contudo, como já sugeriu Richard Sennett, uma “peça não ‘simbolizava’ a realidade: ela a criava através das convenções da realidade”, servindo também a afirmação, para o caso das peças que se preocuparam em caracterizar, ainda que de um modo bastante peculiar, as relações entre ‘escravos’ e ‘senhores’, nas sociedades escravistas dos séculos XVIII e XIX. Sob essa perspectiva foi importante se rastrear sinteticamente as discussões da história da historiografia sobre a escravidão africana, para obter um melhor cotejamento da atmosfera das discussões, em que os autores das peças teatrais representaram ‘o universo da escravidão’ no ‘mundo do teatro’. Até para se verificar adequadamente, em que medida houve distanciamento ou aproximação, com a ‘realidade’ do cativo em Portugal e na América Portuguesa (depois Brasil) nos séculos XVIII e XIX.

Importante notar também, que os estudos antropológicos clássicos, em especial os produzidos por Marcel Mauss (1872-1950)¹⁰, têm se apresentado de uma forma, cada vez mais contundente¹¹, às pesquisas históricas sobre o Antigo Regime Europeu, ao mediar metodologicamente alguns estudos, e por permitirem que se identifique a base de seu funcionamento, a partir das relações entre ‘iguais’ e ‘desiguais’, numa sociedade hierárquica, onde o oferecimento de ‘dádivas’, ‘mercês’ e ‘dons’ circunscreviam diretamente àquelas sociedades.¹² Ao interpretar o *Ensaio sobre a dádiva*, de Mauss, Marcos Lanna¹³ observa que enquanto a ‘dádiva’ institui relações sociais, por mediar o comportamento e as ‘regras de conduta’ estabelecidas pelos, e entre, indivíduos (em suas ‘trocas’, e oferecimento de ‘presentes’ entre si), a relação de ‘compra e venda’, que se desenvolveu vertiginosamente nas sociedades capitalistas modernas, não o faria. Para Luciana Gandelman¹⁴ e Fernanda Olival¹⁵ está hipótese metodológica permite se inquirir melhor as relações entre ‘iguais’ e ‘desiguais’ no Antigo Regime Europeu, por que se pode identificar com ela tanto ‘as cadeias de mercê’, quanto às ‘relações de poder’ que foram produzidas a partir delas. Inspirando-se nesta historiografia, que levantamos a hipótese de que a principal estratégia de ‘sobrevivência’ dos escravos no ‘mundo dos senhores’ era o estabelecimento de uma relação ‘desigual’, fruto do ‘sistema

escravista’ e do ‘Antigo Regime’¹⁶, na qual o oferecimento de ‘prêmios’ (muitas vezes entendidos como ‘dádivas’) e de ‘castigos’ (‘físicos’ ou ‘simbólicos’), dos senhores aos seus escravos, eram a base de seu funcionamento operacional. Para melhor caracterizar essa relação elaboramos o quadro abaixo, que sintetiza o complexo relacionamento que este mecanismo produziu.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS E CASTIGOS, DOS SENHORES PARA COM SEUS ESCRAVOS.

Prêmio*	Castigo*
Alforria (liberdade)	Punição física (às vezes morte)
Presente (material ou promessa)	Punição simbólica (de cunho moral)
Receber por alguns serviços	Venda (separar do grupo) e prisão
Estar em família	Estar só
Falar com o senhor	Não falar com o senhor
Trabalhar na casa-grande	Trabalhar na lavoura

Fonte: Coleção de Teatro de Cordel da *Fundação Calouste Gulbenkian*.
* Para a elaboração do quadro, distribuindo as principais características identificadas tanto para os ‘Prêmios’, quanto para os ‘Castigos’, tomou-se basicamente a amostra de 13 peças teatrais, mas observou-se, a partir da amostra geral, que, com as devidas adaptações, o quadro pode servir para sintetizar outros tipos de relações (como, por exemplo, entre ‘patrões’ e ‘empregados’).

A distribuição das principais características que foram identificadas entre os ‘prêmios’ e os ‘castigos’ oferecidos pelos senhores aos seus escravos, de acordo com a pena dos autores das peças teatrais do período, sintetizavam nesta relação de ‘opostos’, para o ‘bem’ e para o ‘mal’, qual deveria ser o comportamento ‘típico’ dos escravos, para com seus senhores. Embora representem termos e ações opostas, ‘prêmio’ e ‘castigo’ não funcionavam separadamente. Só tinham sentido, se fossem tomados como pares ‘opostos’, que ora se complementavam (um somando-se ao outro, ou moldando a ação de acordo com o que se pretendia receber em ‘troca’), ora se excluindo (por

representarem lados extremos, para o ‘bem’ do senhor e para o ‘mal’ do escravo, ou o inverso). De qualquer forma, ‘prêmio’ tinha sempre o sentido de uma ‘dádiva’¹⁷ a ser recebida (a alforria, um presente, receber pelos serviços, estar em família, falar com o senhor, trabalhar na ‘casa-grande’, e coisas assim); enquanto ‘castigo’ se referia a algum agravo cometido contra o ‘senhor’, e, por isso, o(s) ‘escravo(s)’ deveria(m) ser punido(s) (física ou moralmente, ficar só, ser vendido, não poder falar com o senhor, ser preso, ou ainda, ter que trabalhar na ‘lavoura’, ao invés de na ‘casa-grande’). Antes, porém, de avançarmos na discussão dessas características, nos enredos das peças teatrais, é importante identificarmos alguns dos principais contornos da história da historiografia sobre a escravidão africana, para avaliarmos ao final, quais os tipos de aproximação e de distanciamento, que as peças do período estabeleciam com a ‘realidade’, que deu base a sua produção, na pena dos autores (anônimos ou não) da época.

DO UNIVERSO DA ESCRAVIDÃO: O ESCRAVISMO MODERNO, UMA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA AINDA EM CONSTRUÇÃO?

A história do escravismo africano¹⁸ moderno, embora muito estudada na historiografia norte-americana, caribenha e brasileira, não deixou de ser um tema complexo, e ainda cheio de controvérsias.¹⁹ O escravo africano foi ‘passivo’ ou ‘ativo’ diante das condições brutais do cativo? Os senhores agiam de forma ‘benevolente’ ou ‘cruel’? Esses questionamentos, durante décadas, dividiram os pontos de vista e os argumentos levantados pela história da historiografia sobre a escravidão africana. Não há como reconstituir adequadamente essa história da historiografia neste texto. Muito resumidamente, pode-se dizer que ela está dividida em quatro grandes momentos, que formularam linhas interpretativas influentes sobre a questão: a) a primeira foi produzida no século XIX, e no Brasil auxiliou a considerar o escravo como um agente ‘passivo’, ‘inferior’, ‘negativo’ e ‘bárbaro’, perante o ‘branco’ que era o agente ‘civilizador’, que traria o ‘progresso’ e o ‘desenvolvimento’, e tem na obra de Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) seu grande modelo, por que em “que se pese a seriedade que ressuma de sua obra [...] nem se refere ao quilombo dos Palmares, o que evidencia o completo desprezo por um possível papel do escravo negro na História e a certeza implícita da passividade do mesmo”²⁰, considera Sueli Robles Reis de Queiroz; b) um segundo momento se formou nas primeiras décadas do século XX, beneficiando-se dos avanços dos estudos antropológicos norte-americanos, e que foi marcado no Brasil com a obra de Gilberto Freyre (1900-1987), ao introduzir o escravo africano na

história do país, considerando-o de forma ‘positiva’, mas ao mesmo tempo enfatizando a sua docilidade perante o ‘senhor’, em função de estar num ‘sistema escravista’ bem menos brutal que o norte-americano; c) um terceiro momento, que tem no marxismo, de viés ‘economicista’, a sua ‘onda’ de maior inspiração, e no país foi desenvolvido, a partir dos anos de 1950, com as obras de Florestan Fernandes (1920-1995), Fernando Henrique Cardoso (1931-), Octávio Ianni (1926-2004), entre outros, no que ficou, depois, conhecido como a ‘Escola Paulista de Sociologia’²¹, crítica severa da obra de Freyre e de sua visão de uma ‘democracia racial’, ao ver o escravo como ‘coisa’ e o cativo como lugar ‘violento’ e ‘brutal’; d) e, por fim, um quarto momento, que se iniciou nos anos de 1960, e tem na historiografia francesa, norte-americana e inglesa, com seus estudos sobre a história cultural a sua base, e se frutificaram no Brasil, a partir dos anos de 1980, ao permitirem uma revisão da obra de Gilberto Freyre e da ‘Escola Paulista’, e possibilitaram novas leituras sobre o cativo, identificando o ‘escravo como sujeito histórico’, que mesmo num sistema brutal como o cativo, vislumbrava espaços de ‘negociação’ com o ‘senhor’, ao conseguir, em certas ocasiões, formar famílias e, em alguns casos, também cuidar de sua ‘prole’.²² Note-se, desde já, que cada um daqueles momentos demonstrava quais os tipos de interpretação que se consolidaram como as ‘hegemônicas’, por que coexistiram várias num mesmo momento, e o aparecimento de uma nova linha investigativa, não anulava, ou excluía completamente as anteriores.²³

Há muitos estudos sobre o primeiro momento da história da historiografia sobre a escravidão africana no Brasil, produzida no século XIX.²⁴ O estudo de Clóvis Moura, *As injustiças de Clio*, mesmo considerando seus exageros, resume bem as suas principais características. Para ele, esta historiografia ‘tradicional’ (por ser também ‘conservadora’) foi fruto “de um pensamento que assimila e reflete uma visão desfocada da realidade étnica e social do Brasil [...], tendo como embasamento teórico um conjunto de pensamento elitista, eurocêntrico e racista muitas vezes” e “jamais colocou o negro como agente histórico-social dinâmico, quer como indivíduo, quer como grupo ou segmento.”²⁵ De acordo com ele, seus principais representantes foram: Frei Vicente do Salvador, Rocha Pita, Southey, Armitage, Varnhagen, Handelmann e Oliveira Vianna. As grandes exceções neste momento foram: Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Manoel Bonfim e Alberto Torres, que abriram novos caminhos, ainda que em muitos pontos, argumenta o autor, mantivessem um cunho ‘racista’ nas suas interpretações. Por isso haveria:

[...] um *continuum* ideológico quando abordam a participação das populações não-brancas e do negro em particular na formação e desenvolvimento da nação brasileira. E essa continuidade de pensamento reflete uma

ideologia que procura excluir ou minimizar a contribuição dessas populações à dinâmica social. [...] lhes é comum: a visão de que os negros, índios e mestiços em geral são elementos bárbaros, pagãos, gentios sem capacidade civilizadora e os brancos, detentores das estruturas de poder, aqueles elementos que impulsionam a nossa sociedade em direção à civilização.²⁶

A obra de Gilberto Freyre (1900-1987) surgiria, no início dos anos de 1930, justamente contrariando essa interpretação. No seu, hoje clássico, livro *Casa-grande e senzala*, de 1933, este ‘incorporou’, de maneira positiva, o negro na história do Brasil. Até aquele momento o negro era ‘inferiorizado’ e ‘desprezado’ pela maioria dos ‘intelectuais brasileiros’. O responsável por esta situação era o ‘ideal’ de branqueamento inspirado no evolucionismo importado da Europa, no último quarto do século XIX²⁷. O autor foi muito marcado pela interpretação ‘culturalista’ do antropólogo Franz Boas (1858-1942), do qual foi aluno nos Estados Unidos nos anos de 1920. Com esta base antropológica, procurou estudar o Brasil a partir da sua peculiaridade, buscando em nossa origem os elementos constitutivos da formação da sociedade brasileira, por meio da miscigenação proveniente do cruzamento étnico do índio nativo, do negro africano e do branco europeu. A partir dos relatos de viajantes, principal fonte utilizada pelo autor, entendeu que o Estado brasileiro era um transplante do Estado Português. Dessa forma, os senhores de engenho foram os representantes de Portugal, já que nossa colonização não foi realizada por uma empresa ‘estatal’, ao estilo espanhol, mas sim ‘particular’.²⁸ Nesse sentido, Freyre daria ênfase e demonstraria a importância da maneira como o português se relacionava com o ‘outro’, que era diferente de vários outros grupos étnicos europeus, que viam o ‘outro’ com um olhar de ‘repulsa’ e ‘superioridade’. Segundo ele²⁹, a experiência de miscigenação dos portugueses com os mouros foi à maior prova dessa característica dos portugueses. Portanto, isto teria possibilitado a miscigenação entre portugueses, negros e índios na América Portuguesa. Esta aceitação de miscigenação dos portugueses levou Freyre a afirmar que os negros foram mais bem tratados aqui no Brasil, em relação a qualquer outro lugar do mundo. Isto foi o que possibilitou a instituição da ‘democracia racial’, e da definição ‘positiva’ da escravidão no Brasil, sob a égide do ‘patriarcalismo’. O contexto em que a sua obra foi escrita evidencia a necessidade de Freyre de justificar a benevolência do senhor de engenho. Esta camada social estava em decadência e Freyre fazia parte dela como um de seus descendentes. Dessa forma, pode-se explicar a exaltação que o autor fez ao senhor de engenho, não apenas por meio de uma interpretação histórica, mas também evidenciando seus laços afetivos e genealógicos. Além de sua qualidade

estilística e interpretativa, tão bem identificada por seus leitores e intérpretes, o que fez com que sua análise obtivesse tamanho êxito no Brasil, está no fato de que no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), havia uma necessidade generalizada, em função dos acontecimentos dos anos de 1920 e 30³⁰, de formação de uma ‘identidade nacional’. Neste sentido, uma visão que contemplava a inserção do negro e do índio, junto com o branco, na sociedade brasileira foi ‘bem vista’ pelo governo e por setores da sociedade³¹, por contribuir diretamente com uma meta de integração do Estado com a Nação, a partir da história da miscigenação e do cruzamento étnico.

A partir da década de 1950, os fundamentos da obra de Gilberto Freyre começaram a ser questionados.³² A modernização e a urbanização do Brasil revelaram a ‘nua e crua’ realidade de ‘discriminação’ e ‘repulsa ao negro’.³³ Isto ocorria, principalmente, quando o negro ia concorrer a um emprego em fábricas, ou no comércio, e o mesmo era rejeitado em prol de um branco, como demonstraria Florestan Fernandes em seu trabalho: *A integração do negro na sociedade de classes*, produzido no início dos anos de 1960.³⁴ Já na década de 1950, Roger Bastide (1898-1974) e Florestan Fernandes (1920-1995), fundadores da ‘Escola Paulista de Sociologia’ (na USP), com o livro: *Branços e negros em São Paulo*³⁵ procuraram entender, a partir de uma análise marxista economicista, as raízes dessa ‘realidade’ vivida pelos negros no país, com o estudo da história da escravidão, tendo como norte investigativo não o Nordeste, mas a própria cidade de São Paulo. Vale destacar, que diferente de Gilberto Freyre, vindo da elite nordestina, os autores, principalmente, Florestan Fernandes, provinha de família humilde, da qual sua mãe ‘trabalhava como doméstica’.³⁶ Ao se afastarem da abordagem ‘culturalista’ e ‘paternalista’ de Freyre, evidenciaram o processo de ‘coisificação’, que a escravidão impunha ao escravo. Este processo estava implícito na identificação jurídica do escravo à mercadoria, e na coerção brutal e desumanizadora contra a sua pessoa³⁷. Para eles, a coerção era necessária para auferir maior lucro do trabalho escravo. Foram elaborados muitos trabalhos baseados nessa abordagem por sociólogos e historiadores, como: Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Suely Robles Reis de Queiroz.³⁸ Sobre essa questão, Fernando Henrique Cardoso, em seu livro *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, resume bem esses pontos, ao dizer que:

Do ponto de vista jurídico é óbvio que, no sul como no resto do país, o escravo era uma *coisa*, sujeita ao poder e à propriedade de outrem, e, como tal, ‘havido por *morto*, privado de todos os *direitos*’ e sem representação alguma. A condição jurídica de coisa, entretanto, corresponde à própria condição social do escravo.³⁹

Nesta mesma linha, argumentaria Sueli Robles Reis de Queiroz, em *Escravidão negra em São Paulo*, que durante muito tempo a historiografia construiu o mito de um ‘senhor’ benevolente e de ‘escravos’ submissos. E a “idealização que da escravidão fizeram vários historiadores pode ter sido devida, entre outras causas, aos escritos de estrangeiros que visitaram o Brasil durante o século XIX, a começar pelos viajantes das primeiras décadas”⁴⁰, com os quais a autora procurou pormenorizar seus olhares sobre a escravidão.⁴¹ Entre os quais, Louis Couty, que em *L’Esclavage au Brésil*, dirá que: “os únicos negros que são verdadeiramente escravizados são os da roça, os que fazem o trabalho agrícola”, com o que a autora completará seu raciocínio dizendo:

É possível que o suave quadro traçado por esses estrangeiros tenha a motivá-los razões várias, entre as quais o preconceito contra a raça negra que em muitos deles é visivelmente manifesto. Presos às idéias do século, seria natural que achassem bom o tratamento dispensado a uma raça considerada inferior. Para povo tão abaixo do branco, até a satisfação de necessidades básicas como alimentação e vestuário seriam *dádivas*. [...] O negro estaria qual criança a ser conduzida e *castigada* quando necessário [...].⁴²

É bem possível, que alguns desses relatos, que foram comuns na Europa do período tenham servido de base para parte dos autores das peças teatrais dessa época, e, por isso, também foi tão forte a idéia de ‘prêmio’ (como ‘dádivas’) e de ‘castigo’ (para correção de ‘caráter’) nelas contido, mas infelizmente não temos dados suficientes para apurar adequadamente tais referências. Para a autora ainda, “a longa série de opiniões caracterizada pela ideia de um sistema escravista em que o senhor era bondoso, paternal e o escravo resignado, passivo, sedimentar-se-ia com o decorrer do tempo e levaria estudiosos de renome a ratificá-las.”⁴³ Sobre a exceção a esta ação ‘passiva’ do escravo, o estudo de Sueli Robles de Queiroz demonstra as suas principais características, ao dizer que o cativo fazia uso de ‘suicídios’, ‘fugas’, organizava ‘quilombos’, cometia ‘agressões físicas’ e ‘insurreições’. Mas:

Evidentemente também em São Paulo se observou um processo de acomodação, provavelmente restrito aos escravos domésticos e àqueles de pequenas fazendas, passíveis de adquirirem aos olhos do senhor uma individualidade não conferida aos cativos do eito de grandes propriedades.⁴⁴

A herança promissora deste tipo de análise de ‘processos-crime’, para circunstanciar as características da ‘escravidão africana’ na América Portuguesa (depois Brasil) e das relações entre ‘senhores’ e ‘escravos’ se evidenciará no momento seguinte.⁴⁵ No entanto, o interessante é observar que apesar da diversidade nas abordagens destas duas ‘tendências’, ambas consideraram o escravo como um ser ‘passivo’. Freyre mostrou o escravo como um ser protegido pelo ‘senhor’. Na interpretação da ‘Escola Paulista’, também não se via o escravo como um ser ‘ativo’, já que este era uma mercadoria e estava à mercê da vontade dos senhores, com exceção daqueles que se ‘rebelavam’, conseguiam fugir e formavam os ‘quilombos’.

Contudo, a partir dos anos de 1960, em especial, nos Estados Unidos e na Inglaterra, houve uma crítica generalizada quanto à capacidade interpretativa de um marxismo, fundamentalmente, centrado na análise das questões econômicas. Por outro lado, também foi o início das revelações públicas das atrocidades cometidas nos regimes socialistas, com especial enfoque, para aquelas efetuadas no regime de Stalin na União Soviética. É neste contexto, de crítica teórica e política ao marxismo, que surgirá a obra de Eugene Genovese (1930-), nos Estados Unidos, e de E. P. Thompson (1924-1993)⁴⁶, na Inglaterra. Surgidas no interior do próprio marxismo, as obras destes autores não irão sair completamente da abordagem marxista, mas sim irão dar maior ênfase as questões culturais e sociais. Genovese, mais até do que Thompson, procurou rever a história da escravidão no sul dos Estados Unidos, primeiro, estudando *A economia política da escravidão* (1976), depois, revendo *O mundo dos senhores de escravos* (1979), em pesquisas efetuadas na década de 1960. A partir destes trabalhos, Genovese passou a se preocupar com ‘o mundo que os escravos criaram’, em seu livro *A terra prometida* (1988), que terá desdobramentos importantes e revelará um espaço pouco estudado, até então, sobre as relações entre ‘senhores’ e ‘escravos’.⁴⁷ A obra de Thompson, mesmo não se detendo diretamente no estudo da história da escravidão africana, contribuiu diretamente para o seu avanço, principalmente, com seus trabalhos: *A formação da classe operária inglesa* (1987; 1988); *Senhores e caçadores* (1987); *Costumes em comum* (1998); *A peculiaridade dos ingleses e outros ensaios* (2001) e *Os românticos* (2002).⁴⁸

Esses trabalhos foram fundamentais para o desenvolvimento da historiografia brasileira, em especial, os estudos sobre a escravidão africana, a partir da década de 1980. Naquela década começava a surgir muitas pesquisas inspiradas pela historiografia francesa, inglesa e norte-americana, e, em especial, pela obra de Eugene D. Genovese e de Edward Palmer Thompson – e que naquele momento estavam sendo lidas, utilizadas, traduzidas e interpretadas no país. Estes estudos incorporaram novas abordagens e documentos até então

não utilizados, e outros já explorados, mas com procedimentos metodológicos inovadores. A particularidade desses estudos está no resgate do ‘cotidiano’ e da ‘cultura’ do escravo, evidenciando o cativo como ‘agente histórico’, ao constituir, por meio de vários mecanismos, uma comunidade escrava, que permitia, da melhor maneira possível, procurar diminuir a ‘opressão’ da escravidão.⁴⁹ Estes estudos têm demonstrado que a violência não era o único meio utilizado pelos senhores para auferir melhor rentabilidade do trabalho escravo. A violência constante levaria a destruição mais rápida do que o normal do escravo, e sendo o escravo um ser humano, estes precisavam de motivações para melhorar o desempenho nas tarefas que lhe eram designadas a executar.⁵⁰

Stuart Schwartz⁵¹, por exemplo, ao analisar a organização dos engenhos na Bahia, exemplifica essa situação, por demonstrar novas evidências sobre a distribuição do número de escravos, em função do tamanho da propriedade, e a maneira pela qual os escravos reivindicavam seus direitos perante os senhores. Segundo ele, os escravos que trabalhavam na caldeira do engenho podiam sabotar a produção do açúcar a qualquer momento. Dessa forma, os senhores lhes auferiam alguns privilégios, como dias de folga, após o término das tarefas. Nesta perspectiva, Ciro Flamarion Cardoso⁵², nos mostra que os senhores muitas vezes cediam pedaços de terras aos escravos, para seu próprio plantio. Os produtos produzidos eram comercializados no mercado interno. Esta característica da escravidão tem sido chamada de ‘brecha camponesa’, a qual permitia a compra da liberdade por parte de alguns escravos. Outro aspecto desta relação tem sido discutida por João José Reis⁵³, ao demonstrar a forma pela qual os escravos procuravam se organizar em associações, com o objetivo, entre outras coisas, de alcançar a liberdade, com a compra da ‘alforria’.

Os estudos realizados nos últimos anos têm demonstrado diversas abordagens sobre a escravidão⁵⁴, evidenciando o escravo como ‘agente histórico’, na medida em que revê a organização da ‘estrutura da posse de escravos’⁵⁵, estuda-se a ‘história da família escrava’⁵⁶, e a maneira com que o escravo vislumbrava os ‘significados da liberdade’.⁵⁷ Até a década de 1980, a historiografia, tanto na linha freyriana, quanto na da ‘Escola Paulista de Sociologia’, haviam descartado a possibilidade de existência de famílias escravas, no ‘sistema escravista’, pela falta de evidências e de documentos, e acabaram, com isso, omitindo a sua existência. Desde então, a historiografia tem procurado demonstrar a sua presença no(s) sistema(s) escravista brasileiro, e a sua importância na formação de uma comunidade escrava, que permitia aos escravos sobreviverem à ‘dura opressão que foi a escravidão’.⁵⁸

Neste sentido, verifica-se que a partir da década de 1980, a historiografia, ao resgatar o cotidiano e a cultura escrava, revelou-nos o escravo como um ‘agente histórico’, que sempre está criando mecanismos diversos para suportar

as ‘dores do cativo’.⁵⁹ Essa tendência historiográfica, além de reavaliar um amplo e ignorado espaço da escravidão, então limitado pelas atitudes de um escravo ‘passivo’ (tal como foi evidenciado por Freyre) e do quilombola ‘herói’, ela trouxe à tona o ‘cotidiano’ e a ‘cultura’ dos escravos das economias voltadas para o abastecimento do ‘mercado interno’, que tanto Freyre, quanto os seguidores da ‘Escola Paulista’ deram pouca ênfase e importância.

Diante do exposto, vale ressaltar, que num certo sentido o desenvolvimento de cada um desses quatro ‘grandes’ momentos da história da historiografia sobre a escravidão africana (que produziram interpretações também influentes sobre o tema), cada vez mais, usando-se da terminologia ‘prêmio’ e ‘castigo’, preocupou-se em circunstanciar não apenas o ‘mundo dos senhores’ e a maneira pela qual concebiam e administravam o ‘universo dos escravos’, distribuindo ‘prêmios’ e ‘castigos’ como fundamento de sua ação, mas também visualizando a maneira com a qual o ‘escravo’ agia, em meio às ações e mandos de seus ‘senhores’. É sobre essa questão que passaremos a nos deter, nos enredos das peças teatrais dos séculos XVIII e XIX, e a maneira pela qual seus autores visualizaram e compreenderam esta questão.

AO MUNDO DO TEATRO: SENHORES ‘BENÉVOLOS’, ESCRAVOS ‘SUBMISSOS’

A primeira vista, o que as peças teatrais do período nos indicam é um ‘mundo’ de senhores benévolos, que forneciam ‘prêmios’ aos seus escravos, quando se comportavam de forma ‘submissa’ às suas ordens, e só promoviam ‘castigos’, quando eram obrigados, em função da ‘rebeldia’ escrava. Deste ponto de vista ‘o castigo’ era uma correção da postura dos ‘escravos’, e a sua encenação no teatro era um modo ‘pedagógico’ de ensinar aos ‘senhores’, de que maneira deveriam empreendê-los (já que desconhecemos totalmente o público de possíveis ‘escravos’ e/ou ‘alforriados’, se é que frequentavam o teatro na época).

O ‘entremes’ *O contentamento dos pretos, por terem a sua alforria*, impresso em 1787 pela Oficina de Domingos Gonçalves, cuja autoria da peça não aparece, possivelmente por ser uma adaptação de outra, é um belo exemplo desta questão. Nela aparecem figurando: Pantaleão, Mercante e dono da casa; Brazia, sua mulher; Isbella, sua filha; Felisberto, noivo de Isbella; e Catherina e Sebastião, seus escravos. As cenas se passam na casa de Pantaleão. O ponto central da peça diz respeito à discussão da esposa com seu marido, no que tange a concessão da alforria aos seus dois cativos. A principal justificativa de Pantaleão para concedê-la é que:

[...] detreminei forrar os meus escravos, e hei de pôr em izicução, miseravel captiveiro, quanto não és aborrecível? Basta-lhe o quanto me tem servido, Catherina a comprei em huma pequena idade, Sebastião não era taõ rapaz, mas que graças não devo dar ao Ceo, de ter encontrado em dois escravos dois fieis zeladores da boa iconomia da minha caza, quantos clamores não batem nos meus ouvidos desses Senhores, que não tendo a sorte que eu tive, encontraraõ escravos, infiéis, simples, e descuidados, em fim, he tempo de os deixar livres do tiranno jugo da insuportavel escravidão (p. 2).

Por isso, após uma vida dedicada de bons serviços e cuidados com a casa deveria alforriá-los. Sua esposa, de início, reprova sua atitude, inquirindo por que libertar os ‘pretos’. Pantaleão, além de indicar como eram ‘coitados’, sujeitos a sina da escravidão, argumenta que Catherina cuidava há mais de trinta anos da casa e também de sua filha, e Sebastião, além do cuidado com os serviços, o protegera dos perigos em vários momentos. Além disso, seus escravos “sem o maldito vicio da bebedeira, do caximbo, ou do joguinho, que qualquer destas coisas he muito própria nesta qualidade de endividuos” (p. 4), propiciou-lhes maior cuidado com os afazeres, de modo que seria injusto não conceder-lhes a tão sonhada ‘liberdade’. Ao mesmo tempo, diz que já é chegada à hora de dispor de todos seus bens em herança, e não tendo nenhuma reclamação de seus escravos, deixá-los entre os ‘bens’ o faria ficar em ‘débito’ com eles, principalmente, em função dos serviços tão bem prestados por eles, em todos esses anos. Por perceber que era inútil argumentar desse modo com o marido, Brazia lhe diz que ao fazer isso deixaria sua filha numa situação arriscada, quanto ao futuro. Ao que o marido lhe responde: que já pensando no futuro da filha havia lhe encontrado um noivo adequado. Espantada, a esposa pergunta ao marido se sua filha já sabia disso. Responde que não, mas já irá lhe comunicar. Após comunicar a filha, que não discorda do pai, este prossegue com os preparativos do testamento e das cartas de alforria.

Brazia, ainda descontente, tenta convencer a filha das idéias que não sabe quem colocou na cabeça de seu esposo, para que esta fizesse o pai mudar de idéia sobre a alforria. Ela, por sua vez, triste por poder perder a escrava que cuidou dela desde que era um bebê, diz: “Ao Ceo agradeço esta ventura, mas eu [re]conheço, que elle premeia a solida obediencia com que reverenceio a meus Pais” (p. 7). Ao perceber que seria inevitável a ação do marido, Brazia decide conhecer o noivo que este escolheu para a filha. Rapaz ‘rico’, de ‘boa família’, lhe dirá Pantaleão. Após conhecer Felisberto, Brazia fica ainda mais satisfeita com o noivado, embora permanecesse descontente quanto à alforria

dos escravos. Depois, em conversa com sua filha, Pantaleão lhe aconselha sobre o futuro casamento, ressaltando que: “isto de casamento devem ter trez coizas, a primeira, he boa escolha, a segunda, ser falado, a terceira, logo feito” (p. 10). Após dar as boas novas aos escravos, lhes diz que as cartas estão prontas “e quero que fiquem em caza” depois de as concederem, e seria de seu gosto se Sebastião e Catherina se casassem, pois via entre eles uma grande cumplicidade. Momentos depois, chama-os para nova conversa, em que diz:

Quero-lhe dar o maior alegraõ, que vossês já mais tiveraõ em toda a sua vida, quero dar-lhe a carta da sua alforria. [...] Hora pois, aqui tem a sua carta, que em tempo algum terá a minima duvida, podem até á morte ficarem nesta caza, passando de serem escravos, a serem fieis servos (p. 14).

Ao que ambos respondem-lhe: “Oh que felliza arforria, Que bero, e lindo plezente” (p. 15). Com isso, o senhor se sente em paz, e com todas as suas ‘dívidas morais’ pagas. Nesse sentido, pode-se bem perceber a importância em que permeava a ideia de ‘prêmio’, sem a necessidade de ‘castigos’, do ‘senhor’ para os seus ‘escravos’, que após cumprirem por anos suas ordens, receberam o ‘presente’ tão desejado (ainda que se mantivessem como ‘servos’, e não mais como ‘escravos’ em sua casa).

Na peça *Do negro mais bem mandado*, sem uma data provável de impressão, mas por certo do mesmo período, em função de suas características, nos indicará o outro lado deste extremo na encenação. Nela figuram como personagens: um Escudeiro, seu escravo, uma negra, dois soldados e a mulher do Escudeiro. As cenas se passam nas ruas, provavelmente da cidade de Lisboa (como aconteceu na peça anterior). O enredo transcorre sobre o dilema do ‘preto’ seguir ou não as ordens de seu senhor. Ao se dirigir a seu escravo, diz o Escudeiro:

O mais mal afortunado, Escudeiro que ha na terra, com hum Negro, que tenho tam bruto, bucal, & besta, que nem para me levar, a hua minha parenta, (he assi verdade) hum recado, o pobre do preto presta, quero chamalo Lourenço? (p. 54-55).

As circunstâncias de suas ‘repreensões morais’ ao escravo transcorriam nas mais diversas situações, por que não obedecia as suas ordens, e, por isso, deveria ser ‘castigado’, seja com palavras: “vem qua preto, passa aqui negro” (p. 55), seja nos gestos: “Eu que sou teu amo, besta” (p. 57), é que ‘obrigavam’ ao ‘senhor’ ser mais severo com o cativo. Mesmo assim, o senhor ‘paciente’

solicitava a seu cativo que levasse uma cesta sua ao Convento. Mas o ‘escravo’ assim o respondeu: “Mia forga, como verudo, farta, baira, [...] que as frera dar hum docia por o servicio que reva” (p. 59). No caminho, o escravo encontra dois soldados. Um lhe diz:

Mandao seu amo ao Convento d’Almeida, com hua cesta de camoezas, diremos que he corpus Christi, elle he tonto, & dara por estar tangendo, num tambor muita fazenda, que tem graça o bom do negro, vós lho aveis de pôr às costas, em quanto a cesta lhe pesco, parecevos bem? (p. 60).

O cativo, mesmo na dúvida, faz o sugerido, e: “Mia sioro me manda, que reve esses camoeza as frera mas mia vai, tamen comendo ra cesta” (p. 61). Ao descobrir a maneira com que o escravo seguiu sua ordem, diz o senhor: “Preto infame” (p. 64). O escravo tenta se desculpar, e lhe diz quem o mandou fazer isso. O senhor, por sua vez, lhe manda levar outra cesta, maior e melhor, ao mesmo local para se desculpar do ocorrido. Outra vez, o escravo ‘desajeitado’ deixa de cumprir as ordens do senhor. Seu senhor ao vê-lo novamente diz: “Si perdo, mas por estas” (p. 65). E o escravo: “Nò ha medo, a esse juramento [de fidelidade e serventia], nem as tua barba, escudera” (p. 65). O senhor irritado, novamente lhe sugere punição severa, mas ‘em sua bondade’ deixa de cumprir com o prometido, e o ‘negro’ desobediente, continua a ser assim com seu senhor. O enredo desta peça demonstra como o senhor ‘benevolente’, mesmo diante de um escravo ‘desobediente’, não é cruel em seus ‘castigos’, que não passam de ‘promessas’ a serem cumpridas, mais de forma ‘simbólica’, do que ‘física’.

Situações semelhantes se passam nas peças: *De hum engenho Portuguez* (de 1782); *Os dois amantes em Africa, ou a escrava venturosa* (de 1791); *O escravo em grilhoens de ouro* (de 1782); *Da praça do comércio* (de 1785); *Emendar erros de amor, ou Cosdroas em Africa* (de 1787); *De dos alcaldes, y el engano de una negra* (s/d); e *O negociante imprudente* (de 1792). Ora se apresentam senhores (e senhoras) ‘benevolentes’, prontos para concederem ‘prêmios’ aos seus escravos ‘obedientes e submissos’, ora aparecem escravos ‘rebeldes e desobedientes’, que deveriam ser corrigidos pelos seus senhores, por apresentarem falhas tão graves de conduta, ao desobedecerem as suas ordens. Por isso, nesses casos eram tão necessários os ‘castigos’, e que nas peças do último quartel do século XVIII, não passavam de ‘ações simbólicas’, quando muito a sugestão de venda, ou a mudança de local de trabalho. Até aqui o local em que se passam as peças foi em Portugal. A América Portuguesa (depois Brasil) passa a ter importância, e ser um bom roteiro para as peças, quando a família real portuguesa, junto com parte dos nobres portugueses foram obrigados a seguirem para sua colônia em fins de 1807.⁶⁰

As peças: *D. Inez de Castro* (de 1790, refeita em 1814); *Elysa, e Luso, ou o templo de Venus, oferecido a sua magestade o senhor D. João VI, rei constitucional do Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves* (de 1820); e *A rebelião debellada* (de 1823); indicam muito bem essa situação, e a forma pela qual a coroa portuguesa se portou em sua colônia. Mesmo assim, a maneira com que a ‘escravidão’ é representada pelas peças acima, não seriam diferentes daquelas produzidas em Portugal. Sobressai a figura de um ‘senhor’ generoso, benevolente e honrado, para com seus ‘escravos’ obedientes, submissos e fiéis. Apenas nos casos de desobediência é que ‘o senhor’ se colocava de forma mais severa, para procurar corrigir o caráter dos cativos, por meio de ‘castigos’. Poderíamos, assim, nos questionar se esse tipo de peça se limitava apenas a mostrar uma boa conduta por parte de ‘senhores’, seguido de obediência por parte de seus ‘cativos’, ou se havia ocasiões em que os ‘escravos’ também se rebelavam de forma mais consistente, diante das atitudes ‘brutais’ de seus ‘senhores’, tal como a historiografia sobre a escravidão africana tem demonstrado nas últimas décadas.

...OU ESCRAVOS ‘REBELDES’, E SENHORES ‘BRUTAIS’?

De um modo bem mais sutil, as peças teatrais também nos indicam que nem sempre os escravos estavam ‘passivos’ aos mandos do senhor, mas sim ‘negociavam’ com ele o modo como iriam ou não seguir as suas ordens, como já se indicou anteriormente. Evidentemente, também neste caso, os autores das peças teatrais do período se limitavam a falar mais do ângulo do ‘senhor’ e da ‘casa-grande’, do que do ‘escravo’ e da ‘senzala’, até pelo seu, senão total, ao menos ‘grande’ desconhecimento do funcionamento do ‘universo dos escravos’ no ‘mundo dos senhores’.

Contudo, a peça de José Agostinho de Macedo (1761-1831), *O preto sensível*, que foi escrita em fins dos anos de 1820, mas apenas publicada postumamente na revista *Minerva*, em 1836, nos oferece um cenário significativamente distinto dos das peças até aqui analisadas. Talvez, justamente por suas características, esta peça tenha passado quase despercebida no período, com poucos exemplos semelhantes ao seu. Ela surge num período em que o movimento ‘abolicionista’ começava a se organizar tanto em Portugal, quanto no Brasil, entre as décadas de 1820 e 1830.⁶¹ Seu autor, o padre jesuíta José de Macedo foi bastante produtivo no período, e escreveu além de peças, cartas, odes e poemas, também alguns livros como: *Morais dos pedreiros livres e iluminados*, que foi publicado em 1816, e circunstanciava sua aproximação ao ideais ‘absolutistas’ e ‘maçons’.

Na peça *O preto sensível*, cuja “scena finge-se no Brazil”, José de Macedo

procurou demonstrar como a escravidão africana também tinha aspectos brutais, embora, como se verá, não irá romper completamente com as características das peças analisadas acima. Nela aparecem como personagens: Catul, preto escravo, Marçal, senhor de engenho, Ignacia, Senhora rica, e mãe de Lucio, Vicente, seu criado, um menino preto, filho de Catul, e outros escravos ‘mudos’ na peça. O ponto central da peça diz respeito à possível venda do filho de Catul, a qual este discorda veementemente de seu senhor. Em especial, por que Catul acreditava que seu filho teria o mesmo destino que o seu (caso fosse vendido): o de ter que trabalhar na ‘grande lavoura’, ser castigado brutalmente por seu senhor, e, em certas ocasiões, até sem saber o porquê. Para ele, todos os senhores de escravos, assim como os europeus, eram pessoas ‘insensíveis’, desprezavam os ‘negros’, eram desumanos e cruéis. Por isso dirá, indignado: “Ah! deixa, deixa de existir, meu filho! Poupa-te á immensa dôr de ser escravo!” (p. 101). Na cena seguinte, ao procurar acordar seus escravos para o trabalho, diz Marçal abruptamente: “Sahi do somno, Escravos indolentes, De vós não he o somno, he só trabalho: Se a vós não me escuteis, senti meus golpes” (p. 102). Nesse momento indaga Catul, por que estava tão ‘pensativo’ e ‘distante’, que nem os golpes o faziam dar atenção. O escravo responde que pensa no destino do filho, e este lhe diz que o “império d’hum senhor he mais que hum filho”, já o de um escravo não passaria de seu espaço de trabalho. Daí a importância do diálogo que se segue:

Cat. E quem tão feio tráfico authorisa,
Que desta arte insulteis o Ceo, e a Terra?
Març. A força; esta he a Lei, e está só basta.
Cat. Ah! se da Libya os tristes habitantes
Fossem todos qual sou, livre serião.
Març. Basta, basta Catul...
Cat. ... Tambem sou homem.
Març. Fez-te a Fortuna, e a Natureza escravo.
Cat. Assaz o vejo. Oh justos Ceos!...
Març. ... Pois soffre.
Cat. Arrastro, e soffro a barbara corrente;
Tudo supporto em fim; soffrer não pode
Meu nobre coração vendido a Esposa.
[...]
Cat. ... Insupportavel ferro!
Oh! Dura escravidão, cruel destino!
E nem vingar-me deste agravo posso! (p. 102-3).

Na cena seguinte, Marçal passa a avaliar o cativo, e a maneira de conduzi-lo: “He preciso rigor, feroz soberba, Domina sempre o coração dos

negros; Só lavados em sangue ás Leis se curvão... [...] Todos os Escravos são; este o commercio, Que me opulenta nos Sertões tão vastos; E em quanto tão viz sêres eu não vendo, Os faço trabalhar...” (p. 103). Neste momento, aproxima-se Ignacia, e o ouvindo falar desta maneira sobre o cativo, o responde:

São mortaes como nós, são desgraçados;
Das honras, e poder fortuna os priva;
Quem nada pode ser, a nada aspira,
E tem sem força a liberdade em ferros;
Mas eu não venho a defendellos, venho
Gozar da vista dos risonhos campos,
Formosa solidão, e hoje vos peço
Que os dispenseis do misero trabalho
Sem prejuizo vosso ... Eia, infelizes,
Folgai hum dia, e recebei contentes
Este signal da compaixão que eu sinto... (p. 105).

Após alguns pequenos desentendimentos, Ignacia diz a Marçal que quer comprar Catul e seu filho, para os levarem para Portugal. O negócio é efetuado, sem que Catul saiba. Ao ser comunicado, fica irado, procura ficar sozinho. Pensa em suicídio, depois em matar seu senhor, matar o seu próprio filho, para que não tenha o mesmo destino. Ao saber quem comprou seu filho, ainda assim, continua zangado e pensa em matar o filho de Ignacia. Na cena seguinte próximo de cometer o ato, ao se aproximar da criança coberta, Ignacia o vê e lhe pede para não fazer isso, e ver quem está dormindo antes. Ao abrir o lençol que cobria o menino, percebe que é seu filho e o abraça longamente. Após o ocorrido, Ignacia lhe diz que comprou o filho e ele também, mas não para permanecerem como escravos, e sim para serem livres. Além disso, Ignacia também comprou sua esposa ‘Bunga’, para, com isso, conceder a liberdade a toda ‘família escrava’, e poder acompanhar sua nova ‘senhora’, “que em meu peito, Tereis peito de mãe, não de Senhora; E pois sensível foste entre teus ferros, Vem sensível gozar da Esposa, e filho” (p. 115).

Em alguns pontos, como vimos, esta peça se assemelha ao ‘entremez’ *O contentamento dos pretos, por terem a sua alforria*, na medida em que apresenta dois senhores: um justo e outro não, um pensando na liberdade dos cativos, outro na permanência da escravização dos negros. Mas diferente desta, e das outras, *O preto sensível* mostra o cativo como local ‘cruel’ e, em muitos momentos, ‘violento’ e ‘desumano’. Por isso, também neste caso, os pares ‘prêmio’ e ‘castigo’ nos auxiliam para perceber as estratégias utilizadas pelos ‘senhores’ para controlarem, corrigirem e moldarem o ‘coração’ e as ‘mentes’ de seus ‘escravos’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a *persona* e suas máscaras, na teatralidade cotidiana, a socialidade é estruturalmente ardilosa, inapreensível [...].⁶²

O que Michel Maffesoli constatou, em seu livro *O tempo das tribos*, no final dos anos de 1980, como um fenômeno de declínio do individualismo moderno, em função da ascensão de uma ‘sociedade de massas’, na qual a ‘tribalização’ seria a forma característica de organização dos indivíduos por meio de grupos, uma vez que a “massa, ou o povo, diferentemente do proletariado ou de outras classes, não se apóiam em uma lógica de identidade”, por não terem um fim preciso em suas ações “eles não são os sujeitos de uma história em marcha”, por isso a “metáfora da tribo [...] permite dar conta do processo de desindividualização, da saturação da *função* que lhe é inerente, e da valorização do *papel* que cada pessoa (*persona*) é chamada a representar dentro dela”⁶³, convergiria com o que, neste aspecto, Richard Sennett, em fins dos anos 1970, interpretou como o ‘declínio do homem público’. Em ambos os casos, os autores se voltaram para a herança do século XVIII, que inauguraria uma ‘nova’ época, quando o ‘movimento iluminista’ e a ‘sociedade burguesa’ marcaram uma verdadeira ruptura com a ‘sociedade aristocrática’ e com o Antigo Regime Europeu, ao criticarem seu funcionamento, modos de agir e pensar.⁶⁴ Mas neste caso, o fizeram para demonstrar que no século XX houve um fenômeno semelhante, marcado pelas críticas ‘pós-modernas’ aos fundamentos da ‘Modernidade’ europeia, que teve a sua base na própria ascensão da ‘sociedade burguesa’.

Para o que nos interessou mais de perto, tanto Sennett, quanto Maffesoli, indicam a importância dos tipos de ‘papéis sociais’ que foram produzidos pela ‘sociedade burguesa’, a partir do século XVIII, definindo um comportamento ‘típico’ de um segmento da sociedade, ao qual, aos poucos, passou a ser seguido também por outros segmentos, inclusive pela ‘aristocracia’.⁶⁵ Esse comportamento, como se deteve mais atentamente Richard Sennett, teve nas peças e nos palcos do Teatro Europeu dos séculos XVIII e XIX, locais muito propícios para a encenação daqueles tipos de comportamento. Justamente por isso, pode-se argumentar que a encenação de peças, cujo conteúdo destoavam desse padrão, não eram muito apreciadas, o que marcou a sua escassa produção no período, como foi o caso das peças que indicavam uma sociedade retratada pela ‘escravidão’ e pelas principais características do ‘Antigo Regime’ na Europa,

tanto quanto nos Trópicos. Mas nem por isso, àquelas peças deixaram de ter a sua importância, ao circunstanciar, algumas vezes até pormenorizadamente, a maneira como os escritores (e em menor proporção, a própria sociedade da época) percebia o ‘sistema escravista’, e as relações entre ‘senhores’ e ‘escravos’ em Portugal e no Brasil.⁶⁶ Conforme ressaltamos, não se identificava a ‘realidade como tal’, mas sob o ponto de vista da pena dos escritores, que em suas peças (algumas vezes contornando certas situações cotidianas, até por desconhecê-las) procuravam ‘parodiar’ àquelas relações, centralizando seu funcionamento num jogo de ‘prêmios’ e de ‘castigos’, dos ‘senhores’ para com seus ‘escravos’.

Mesmo considerando que uma peça “não ‘simbolizava’ a realidade”, mas “a criava através das convenções da realidade”, como sugeriu Sennett, em alguns aspectos, àquelas ‘representações’ marcadamente se aproximavam do que era(m) àquela(s) sociedade(s). Comparando as características daquelas peças sobre a escravidão e o papel que desempenhavam os escravos, com a história da historiografia sobre a escravidão africana, pode-se argumentar que o ‘modelo tradicional’ elaborado no século XIX, próximo àquela(s) sociedade(s), praticamente deixou de lado o ‘negro’ (o ‘índio’ e o ‘mestiço’), como ‘personagem’ importante no desencadeamento dos processos sociais. Com Gilberto Freyre, o ‘negro’ aparece ‘positivamente’ na historiografia brasileira, mas utilizando dos pares ‘prêmio’ e ‘castigo’, com o qual trabalhamos as peças, o autor supôs apenas um senhor ‘benevolente’, com escravos ‘submissos’ que recebiam ‘prêmios’, em função de seu comportamento dócil. Já para a ‘Escola Paulista’ houve justamente o inverso, um sistema escravista brutal, no qual os ‘senhores’ faziam de seus ‘escravos’ meras ‘mercadorias’, e, como tais, eram tratados de qualquer maneira, de modo a maximizar a produção. E o que o ‘escravo’ fazia, em função dos ‘castigos’ físicos diários que recebia, era justamente se rebelar, tal como demonstrou Sueli Robles Reis de Queiroz.⁶⁷ Por sua vez, o que a historiografia produzida a partir dos anos de 1980 tem procurado fazer é justamente mostrar quais os possíveis comportamentos e meios de ação que os ‘escravos’ possuíam, para sobreviverem em um sistema brutal como foi à escravidão. Desse modo, ao invés de simplesmente vê-los de forma ‘negativa’, ou então ‘passivo’, dentro daquele ‘sistema opressor’, tal como o fizeram os modelos historiográficos anteriores, esta vem procurando caracterizá-lo como ‘sujeito histórico’, que teve uma função ‘ativa’ no interior do sistema, em alguns casos ‘negociando’, e, às vezes, entrando em ‘conflito’⁶⁸ com os ‘senhores’, ao gerenciarem seus ‘prêmios’ e ‘castigos’ aos cativos.⁶⁹

Portanto, mesmo retratando o ‘sistema escravista’ sob o ponto de vista da ‘casa-grande’ e do ‘senhor’, os escritores das peças teatrais dos séculos XVIII e XIX tiveram a sensibilidade de visualizar formas de comportamento entre ‘senhores’ e ‘escravos’, que não apenas se aproximavam do que foi o

‘sistema escravista’, como ainda convergiriam com alguns apontamentos da história da historiografia sobre a escravidão que viria, cada vez mais, pormenorizar as atitudes e os comportamentos dos ‘escravos’, diante das ‘ações’ de seus senhores, ao distribuírem seus ‘prêmios’ e ‘castigos’.

NOTAS

¹ SENNETT, R. Papéis públicos. In: Idem. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 106.

² SENNETT, R. *Op. cit.*, 1988, p. 88-116.

³ Cf. BARATA, J. O. *História do Teatro em Portugal (sec. XVIII)*. Lisboa: Difel, 1994; FLORENTINO, M. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; DAVIS, D. B. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Para Lynn Hunt: “No século XVIII [...] não se imaginavam todas as ‘pessoas’ como igualmente capazes de autonomia moral. Duas qualidades relacionadas mas distintas estavam implicadas: a capacidade de raciocinar e a independência de decidir por si mesmo. Ambas tinham de estar presentes para que um indivíduo fosse moralmente autônomo. Às crianças e aos insanos faltava a necessária capacidade de raciocinar, mas eles poderiam algum dia ganhar ou recuperar essa capacidade. Assim como as crianças, os escravos, os criados, os sem propriedade e as mulheres não tinham a independência de status requerida para serem plenamente autônomos. As crianças, os criados, os sem propriedade e talvez até os escravos poderiam um dia tornar-se autônomos, crescendo, abandonando o serviço, adquirindo uma propriedade ou comprando a sua liberdade. Apenas as mulheres não pareciam ter nenhuma dessas opções: eram definidas como inerentemente dependentes de seus pais ou maridos” HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução de Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 26-7.

⁴ Cf. LOPES, C. R. D. B. *Preto em cordel (sec. XVIII)*. Jogo, subversão, preconceito. Dissertação de mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

⁵ BARATA, J. O. *Op. cit.* 1994.

⁶ De acordo com Sílvia Lara: “Certamente, a presença maciça da escravidão diferenciava a experiência colonial da metropolitana, redimensionando e dando novo significado às práticas hierárquicas que ordenavam as sociedades no Antigo Regime. Conhecer o modo como isso se deu e quais as dinâmicas desse processo ao longo do tempo, no entanto, é um caminho que só pode ser trilhado conectando historiografias, indagando sobre o modo como a escravidão e o Antigo Regime estiveram intrinsecamente ligados e conviveram na América portuguesa” LARA, S. H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séc. XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 38.

⁷ Na página: www.biblarte.gulbenkian.pt/content.asp?cod=col_lit_cordel&menu=colecoes&parent=col_especiais&lang=pt. Esta página foi pesquisada entre março e maio de 2009.

⁸ Verificou-se que nas outras 198 peças ‘manuscritas’ da coleção, só apareciam mais duas peças com escravos, que não foram aqui incluídas, por não acrescentarem novas características e evidências

a amostra selecionada. O Prof. Dr. Magnus Pereira gentilmente nos cedeu fotocópia de uma coleção manuscrita de teatro de cordel de 1785-86, com 34 peças, e outra com 4 de 1806-7, localizadas na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em que identificamos mais uma peça com escravos, mas pelas mesmas razões, não foi acrescentada a amostra selecionada para a pesquisa. No CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, sec. XV-XIX) de UFPR, encontra-se cópia, em três volumes, de teatro de cordel do século XVIII (décadas de 1780 e 1790), com um total de 78 peças, com duas figurando escravos, e pelas mesmas razões não foi acrescentada a amostra. A coleção original, encontra-se na Biblioteca de Lisboa, cujo registro é de 1989.

⁹ As peças estão numeradas da seguinte maneira na página da Fundação Colauste Gulbenkian: *De hum engenho Portuguez* (de 1782), n. 41 (com 43 pag.); *Os dois amantes em Africa, ou a escrava venturosa* (de 1791), n. 158 (com 44 pag.); *O escravo em grilhoens de ouro* (de 1782), n. 189 (com 43 pag.); *Do negro mais bem mandado* (s/d) (com 13 pag.); *Da praça do comércio* (de 1785), n. 106 (com 14 pag.); *Emendar erros de amor, ou Cosdroas em Africa* (de 1787), n. 173 (com 16 pag.); *D. Inez de Castro* (de 1790), n. 162 (com 31 pag.); *O contentamento dos pretos, por terem a sua alforria* (de 1787), n. 103 (com 16 pag.); *O negociante imprudente* (de 1792), n. 369 (com 14 pag.); *De dos alcaldes, y el engano de una negra* (s/d) (com 12 pag.); *Elysa, e Luso, ou o templo de Venus, oferecido a sua magestade o senhor D. João VI, rei constitucional do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves* (de 1820), n. 172 (com 31 pag.); *A rebellião debellada* (de 1823), n. 435 (com 31 pag.); *O preto sensível* (de 1836), n. 422 (com 16 pag.).

¹⁰ Cf. MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Idem. *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naif, 2003, p. 183-314.

¹¹ Cf. GODELIER, M. O legado de Mauss. In: Idem. *O enigma do dom*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 19-162.

¹² Cf. LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o *Ensaio sobre a dádiva*. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR, n. 14, 2000, p. 173-94; PEREIRA, M. R. M. Redes de mercê e carreira: O ‘desterro d’Angola’ de um militar luso-brasileiro (1782-1789). *História: Questões & Debates*, UFPR, n. 45, 2007, p. 97-127.

¹³ LANNA, M. *Op. cit.* 2000, p. 173-94

¹⁴ GANDELMAN, L. “As mercês são cadeias que não se rompem”: liberalidade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime português. In: SOIHET, R (org.). *Culturas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 109-126.

¹⁵ OLIVAL, F. *As ordens militares e o Estado Moderno*. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

¹⁶ LARA, S. H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (org.) *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império Português, séc. XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38.

¹⁷ Cf. MAUSS, M. *Op. cit.* 2003, p. 183-314.

¹⁸ A história da escravidão indígena também teve um papel fundamental na configuração dos Trópicos, em seus espaços de sociabilidade e de trabalho, tendo em vista que não apenas houve miscigenação étnica, sincretismos religiosos e culturais, assim como o uso intenso do trabalho escravo dos ditos ‘negros da terra’, mas que aqui não serão estudados. Para uma análise da questão, ver: MONTEIRO, J. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; MONTEIRO, J. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e de indigenismo. Campinas, 2001. Tese de Livre Docência,

Unicamp.

¹⁹ Cf. QUEIROZ, S. R. R. *Escravidão negra em São Paulo*. Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 35-45; SCHWARTZ, S. B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru, SP: Edusc, 2001; REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 5ª Edição revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003; _____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁰ QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.* 1977, p. 38.

²¹ Cf. CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 9-13.

²² Cf. SLENES, R. W. Escravidão e família, padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE, USP, 17 (2), 1987; _____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 1999; REIS, J. J. & GOMES, F. S. (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos brasileiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²³ GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

²⁴ Cf. LARA, S. H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; GORENDER, J. *Op. cit.* 1990; _____. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.

²⁵ MOURA, C. *As injustiças de Clio. O negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 11.

²⁶ MOURA, C. *Op. cit.* 1990, p. 213.

²⁷ Cf. ARAUJO, R. B. *Guerra e paz: casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

²⁸ Cf. FRAGOSO, J. L. et al. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, J.; SAMPAIO, A. C. J.; ALMEIDA, C. M. C. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (org.) *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁹ FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

³⁰ Cf. CARONE, E. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1977.

³¹ Cf. ARAUJO, R. B. *Op. cit.* 2005.

³² Cf. MESQUITA, G. R. Dissensos em torno da modernização planejada para o Brasil: intelectuais, política e questão racial no *corpus* da revista Anhembi (1950-1962). *Revista de História Social*, Unicamp, n. 19, 2010, p. 151-172.

³³ Cf. ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução de Magda Lopes. Bauru/SP: Edusc, 1998; GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999; CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

2001.

³⁴ FLORESTAN, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Ensaio de interpretação sociológica (v. I). São Paulo: Editora Globo, 2008, 2 v.

³⁵ FLORESTAN, F.; BASTIDE, R. *Branços e negros em São Paulo*. 4. ed. São Paulo: Editora Global, 2008.

³⁶ Cf. ARRUDA, M. A. N.; GARCIA, S. G. *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15; CAPES, 2003; PEIXOTO, F. A. *Diálogos brasileiros*. Uma análise da obra de Roger Bastide, São Paulo: Edusp, 2000; PONTES, H. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁷ FLORESTAN, F. *Op. cit.* 2008, v. I.; FLORESTAN, F.; BASTIDE, R. *Op. cit.* 2008.

³⁸ CARDOSO, F. H. *Op. cit.* 2003; IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988; QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.* 1977.

³⁹ CARDOSO, F. H. *Op. cit.* 2003, p. 161.

⁴⁰ QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.* 1977, p. 36.

⁴¹ Vale aqui destacar a importância do estudo pioneiro de Antonil (pseudônimo de José Antônio Andreoni) *Cultura e Opulência no Brasil*. ANTONIL (João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência no Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. Tal estudo, produzido no século XVIII, permitiu que se vislumbresse o cotidiano do cativo e a organização de seus castigos, de um modo que a maioria dos viajantes que estiveram no Brasil no século XIX desperceberiam quase que completamente. O estudo de Raimundo Pessoa, além de demonstrar a importância do trabalho de Antonil, mostra como eram caracterizados os mulatos no Brasil colonial, como ‘gente sem sorte’. Cf. PESSOA, R. A. S. *Gente sem sorte: os mulatos no Brasil colonial*. Tese de Doutorado em História, FHDSS, Unesp/Franca, 2007.

⁴² QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.* 1977, p. 37-38, grifo meu.

⁴³ QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.* 1977, p. 39.

⁴⁴ QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.* 1977, p. 201.

⁴⁵ FERREIRA, R. A. *Senhores de poucos escravos*. Cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Edunesp, 2005; _____. *Crimes em comum: escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca, 1830-1888)*. Doutorado em História, FHDSS, Unesp/Franca, 2006; VELLASCO, I. A. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais, século 19. Bauru/SP: Edusc, 2005.

⁴⁶ Foi historiador marxista inglês dissidente do partido comunista, na década de 1950, após o reconhecimento público, no XX congresso da Internacional, das atrocidades cometidas por Josef Stalin na URSS.

⁴⁷ GENOVESE, E. D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; _____. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; _____. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976; _____. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983.

⁴⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1988, 3 v.; _____. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; _____. *A peculiaridade dos ingleses e outros*

ensaios. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001; _____. *Os românticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁴⁹ Cf. FLORENTINO, M. & GÓES, J. R. *Op. cit.* 1997.

⁵⁰ MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵¹ SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; SCHWARTZ, S. B. Padrões de propriedade de escravos para as Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, 1983, p. 259-87.

⁵² CARDOSO, C. F. S. Escravos ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁵³ REIS, J. J. *Op. cit.* 2008.

⁵⁴ Cf. MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Vale do Paraíba, século XIX. Lorena, SP: Stilian, 1998; LARA, S. H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (org.) *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séc. XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38; _____. *Fragmentos setecentistas*. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; REIS, J. J.; GOMES, F. S.; CARVALHO, M. J. M. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁵⁵ Cf. SANTOS, J. R. Demografia escrava numa economia voltada para o abastecimento do mercado interno: Mogi das Cruzes (1777-1829). *População e Família*, USP, v. 2, 2002, p. 53-71.

⁵⁶ Cf. FLORENTINO, M. (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁵⁷ Cf. CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; CARVALHO, J. M. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁵⁸ Cf. METCALF, A. C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana do Parnaíba. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, 17 (2), 1987; SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH - Unicamp*, n. 17, 1990; SLENES, R. W. *Op. cit.* 1987; SLENES, R. W. *Op. cit.* 1999; MOTTA, J. F. *Op. cit.* 1999.

⁵⁹ SILVA, E. & REIS, J. J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁶⁰ Cf. LOPES, C. R. D. B. *Op. cit.* 1996; FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. L. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, 1790-1840). 4. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; HESPANHA, A. M. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

⁶¹ Cf. MARQUESE, R. B. *Administração & Escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista*

brasileira. São Paulo: Hucitec, 1999; MARQUESE, R. B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; LOPES, C. R. D. B. *Op. cit.* 1996; MACHADO, M. H. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp, 1994; ALBUQUERQUE, W. R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; BARROS, J. A. *A construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

⁶² MAFFESOLI, M. O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 30.

⁶³ MAFFESOLI, M. *Op. cit.* 2006, p. 31.

⁶⁴ Cf. MAFFESOLI, M. *Op. cit.* 2006; SENNETT, R. *Op. cit.* 1988; BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982; KOSELLECK, R. *Crítica e crise: contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto; Eduerj, 1999.

⁶⁵ Cf. BURKE, P. O mundo como teatro. In: Idem. *O mundo como teatro*. Estudos de antropologia histórica. Tradução de Vanda Maria Anastácia. Lisboa: Difel, 1992, p. 143-58.

⁶⁶ Cf. LOPES, C. R. D. B. *Op. cit.* 1996; LOTT, A. M. *Teatro em Mato Grosso: veículo da dominação colonial*. Brasília: Brasiliense, 1987.

⁶⁷ QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.* 1977.

⁶⁸ Cf. SILVA, E.; REIS, J. J. *Op. cit.* 1989.

⁶⁹ Sílvia Lara observa ainda sobre essa questão que: “não deixa de ser interessante como os temas da escravidão (indígena ou africana) têm sido abordados a partir de uma perspectiva que busca mais examinar o encaminhamento do pensamento antiescravista do que estabelecer a relação entre esses debates e os modos como a legitimidade do próprio poder era concebida naquele período. Inversamente, a análise sobre as idéias políticas do Antigo Regime português deixa de lado freqüentemente o tema da escravidão, como se sua existência no reino e nas conquistas não fosse fundamental para a dinâmica das relações sociais no Império português. Não seria o caso de tentar aproximar essas duas perspectivas de análise?”. LARA, S. *Op. cit.* 2005, p. 36.